

-----Ata número quatro de dois mil e dezasseis-----

---Ao trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---**Ponto um:** Período antes da ordem do dia;-----

---**Ponto dois:** Apreciação da informação escrita pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº 2, alínea C da Lei 75/2013 de 12 Setembro); -----

---**Ponto três:** 3º Relatório Semestral de Acompanhamento aos Contratos Interadministrativos – Proposta de Aprovação;-----

---**Ponto quatro:** Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal a 30 de novembro de 2015, ao abrigo da Autorização Genérica – Tomar Conhecimento; -----

---**Ponto cinco:** Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP – Proposta de aprovação;-----

---**Ponto seis:** Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS – Proposta de aprovação;-----

---**Ponto sete:** Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – Proposta de aprovação:-----

---**Ponto oito:** 3ª Revisão dos Documentos Previsionais para 2016 – Proposta de aprovação-----

---**Ponto nove:** Pedido de autorização para a assunção de compromissos com os encargos plurianuais para os anos seguintes, com a inclusão dos projectos/acção a realizar nos anos de 2016/2017, no âmbito da candidatura ao Portugal 2020 – PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana) – Proposta de aprovação;-----

---**Ponto dez:** Período aberto ao público;-----

--- Presentes os senhores, Carlos Alberto Esteves Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e dez minutos; Anabela Valério Marrafa de Macedo, 1ª secretária; Luís Miguel Silva Marques, 2º secretário; Jorge Filipe Portela; Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro; André Filipe Miranda Monteiro; José Eduardo Branco dos Santos; António César Vicente Nunes; Pedro Miguel Alves Poças; Vítor Miguel Barros da Fonseca; Manuel Fernando Mesquita Correia; Francisco Guedes Moreira (PS); José da Fonseca Alves; Maria Teresa Freitas Alves Lúcio; Bruno Miguel Monteiro de Carvalho; Sílvia Andreia Duarte

Pereira Correia; Altino de Sousa e Cristina Perpetua Martins de Oliveira Barros Gomes (PPD/PSD).-----

Presentes, os senhores Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal; Paulo Jorge Teixeira da Silva, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (PS), e, António José Teixeira (PSD), vereadores.-----

FALTAS JUSTIFICADAS: Carlos Manuel Pombo Soares Silva (PS) e Lisa Maria de Oliveira Martins.-----

FALTAS INJUSTIFICADAS: Eduardo Cassiano Miranda (independente, eleito nas listas do PS).-----

Faltou ainda o Senhor vereador do PPD/PSD Marco António Peres Teixeira Silva.-----

---Iniciada a sessão, o Senhor Presidente, após cumprimentar os presentes, colocou à votação a ata número três de 2016, que foi aprovada por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a conhecer aos deputados a correspondência recebida, efetuando a leitura de um ofício proveniente da Associação de Olivicultores de Mesão Frio (AOLIMF).-----

---**No ponto um**, abertas as inscrições, pediu a palavra o Deputado Pedro Poças para informar a Assembleia sobre a proeza da Mesão-Friense Alexandra Ferreira, que se classificou em primeiro lugar entre cerca de seis mil candidatos no concurso da ARS Norte, referindo que existem em Mesão Frio pessoas de muito valor e continuou a sua intervenção dando os parabéns ao executivo pelas atividades que foram decorrendo durante o verão, questionando ainda o já referido executivo sobre o real custo do Rally e se seria possível quantificar o retorno financeiro daquela atividade.-----

O Deputado Marco Ferro fez uso da palavra para felicitar o executivo pela apresentação pública do projeto do estádio Municipal, da regeneração urbana da Rua da Carreira e da Capela Mortuária, em parceria com a Freguesia de Santo André, referindo que foi a primeira vez que se assistiu em Mesão Frio a uma sessão do género e que a mesma permitiu o cabal esclarecimento de eventuais dúvidas sobre as referidas obras.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, este cumprimentou os presentes e revelou-se feliz e orgulhoso não só pelos jovens de Mesão Frio que concorreram ao ensino superior, uma vez que quase todos conseguiram o ingresso na primeira fase e na primeira escolha, mas também, pelo facto de alguns alunos do Agrupamento de Escolas Professor António Natividade terem obtido a classificação máxima nos exames nacionais, o que prova que o trabalho que vem sendo efetuado já há alguns anos começa a dar frutos; continuou a sua intervenção informando a Assembleia

de que a Câmara pediu o mesmo valor do ano transato para a adjudicação do bar da piscina Municipal, sem que tivessem existido interessados. Acrescentou que da exploração do referido bar, pelo Município, foi obtido um lucro de sei mil e quinhentos euros, em dois meses e que o complexo no seu todo rendeu um lucro no valor de treze mil e seiscentos euros. Agradeceu, ainda, as palavras dos Deputados que felicitaram o executivo, informando que, em relação à obra do Estádio Municipal, a mesma só foi possível com muito trabalho, que culminou com a assinatura de um contrato programa com o Governo, entre cinco a nível Nacional. Sobre o mesmo tema, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, em Abril do corrente ano, o projeto do Estádio Municipal foi aprovado em sessão de Câmara por unanimidade e que, na última sessão, os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra a adjudicação da obra, demonstrando assim uma total falta de coerência. Em relação à apresentação pública dos projetos, referiu que foi com muita satisfação que a fez e que, também nesta matéria, existiu incoerência dos vereadores do Partido Social Democrata que aprovaram o “PARU” por unanimidade e que quando se resolveu avançar com um dos projetos do programa, nomeadamente a regeneração da Rua da Carreira, votaram contra. Respondendo concretamente ao Deputado Pedro Poças, referiu que o custo efetivo do Rally foi de seis mil e oitocentos euros, com um retorno efetivo superior a setenta mil euros, informando ainda a Assembleia de que o referido custo foi quase igual ao valor pago pelo Município quando, em dois mil e nove, o então Presidente da Autarquia, efetuou com a sua chefe de gabinete uma viagem à Suécia.-----

O Deputado José Alves, aludindo ao mesmo tema, referiu ser bom quando se realizam eventos mas que também a residência de estudantes esteve cheia e que foram disponibilizados dezenas de almoços, questionando se todas estas despesas estariam a ser contabilizadas.-----

---**No ponto dois**, o senhor presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia sobre a atividade Municipal, incidindo a sua intervenção sobre o limite de endividamento do Município para dois mil e dezasseis, que é de seis milhões duzentos e vinte e dois mil euros e, para dois mil e dezassete, que será de seis milhões trezentos e cinquenta mil euros, sendo que a dívida atual situa-se nos seis milhões quinhentos e cinquenta mil euros; referiu-se ainda a diversas atividades, tais como, a reunião com a Secretária de Estado da Educação, para solicitar a reversão da residência de estudantes, a participação no seminário acelerador do investimento 2020, a reunião relativa à construção do estádio Municipal, a reunião com técnicos do NERVIR a propósito de

uma investidora local, a reunião com o Ministro do Trabalho e Solidariedade Social, onde foram abordadas algumas questões de cariz social do nosso Concelho, a reunião com técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente sobre o tema Ribeira de Donsumil, a noite branca, a entrevista para a estação de televisão Porto Canal, o lançamento da primeira pedra do campo de jogos, a reunião com a empresa Águas do Norte e a participação na sessão de apresentação do projeto Exportar, realizada em Mesão Frio.---

---**No ponto três**, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação o terceiro relatório semestral de acompanhamento aos contratos interadministrativos, tendo o documento obtido aprovação por unanimidade.-----

---**No ponto quatro**, o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve explicação sobre os contratos de aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais constantes do documento, dando especial enfoque ao valor pago pelas telecomunicações do município, no valor de três mil e trezentos euros, o qual fica muito abaixo do valor que se pagava até dois mil e nove.-----

---O Deputado José Alves abordou a questão da diferença dos valores pagos nas telecomunicações, afirmando que, devido à crescente concorrência no setor, os preços baixaram e que, por esse facto, os valores totais a pagar diminuíram consideravelmente.

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao Deputado José Alves, referiu que nem tudo se resume a preços e que a forma de negociar os contratos é muito importante para diminuir a despesa.-----

---O Deputado José Alves referiu que ninguém questionou o poder negocial do Presidente da Câmara, mas a verdade é que os preços das telecomunicações baixaram bastante desde dois mil e nove.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou ainda, no âmbito do mesmo tema, que, no passado, a negociação era feita com telemóveis topo de gama, situação que hoje em dia não acontece e que o aparelho que é utilizado é pessoal.-----

---Relativamente aos pontos **cinco, seis e sete**, o Senhor Presidente da Câmara apresentou as proposta para as taxas Municipais de direito de passagem, para o Imposto sobre rendimento de pessoas singulares – IRS e para o Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, numa alusão aos três pontos identificados, referiu que, quando foi aprovado o saneamento financeiro, por unanimidade, ficou assumido que os impostos seriam sempre taxados no máximo, e que, no ano de dois mil e quinze e até ao mês de Agosto, o Município tinha cobrado em imposto o valor de

duzentos e oitenta mil euros e que, em dois mil e dezasseis, em igual período, o valor cobrado é de duzentos e trinta mil euros; no que ao IMI diz respeito, o valor cobrado em dois mil e quinze, até Agosto, foi de duzentos e cinquenta e quatro mil euros e, em igual período de dois mil e dezasseis, o valor cobrado é de cento e sessenta e dois mil euros; continuou, afirmando que as diferenças registadas nas cobranças de impostos são demasiado grandes para um Município como o de Mesão Frio. Fazendo uma comparação com as taxas que eram praticadas antes de assumir a presidência, mencionou que a taxa de IMI praticada estava no limite máximo e a que hoje está a propor é de 0,44%, que a taxa para os prédios urbanos devolutos era de 1,4% e a que hoje se está a propor é de 0,57%, que a taxa para os prédios rústicos era de 0,80% e permanece inalterada, que a taxa de direito de passagem permanece inalterada, e, ainda, que a taxa de IRS também permanece inalterada.-----

---O Deputado José Alves, numa alusão às taxas anteriormente referidas, demonstrou o descontentamento do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, pelo facto de a redução do IMI ser apenas de 0,01 e de não ter havido continuidade na descida desta taxa com o mesmo valor de redução do ano de dois mil e quinze, que foi de 0,05; em relação ao IRS, referiu que a taxa poderia ser menor através da devolução de uma parte aos municípios.-----

---O Deputado Pedro Poças lembrou o compromisso assumido de manter as taxas no máximo aquando da aprovação do saneamento financeiro, e que, mesmo assim, este executivo consegue baixar a taxa do IMI, ressaltando ainda a importância da receita proveniente da cobrança de impostos para investimento no Município, não podendo este estar a baixar todos os anos um valor igual a 0,05 sob pena de ficar sem receitas para efetuar investimentos.-----

---O Deputado José Alves rebateu a questão dizendo que a pretensão do grupo parlamentar do Partido Social Democrata não é a de baixar a taxa no referido valor todos os anos mas, em face da boa evolução da dívida do Município, entendem que seria possível fixar a taxa de IMI em 0,45.-----

O Deputado António Nunes pediu a palavra e começou por referir que o Município não pode reduzir mais na taxa do IMI em face da pesada dívida que este executivo herdou do passado, explicando que, em 2015, os agregados familiares com rendimentos até quinze mil euros e com uma avaliação do imóvel até sessenta e cinco mil euros, onde estão incluídas a maior parte das famílias em Mesão Frio, passaram a estar isentos do pagamento de IMI, não havendo necessidade de se requerer isenção como acontecia até

dois mil e catorze, o que resultou numa diminuição da receita em cerca de cinquenta mil euros, ou seja, não foi pelo efeito da redução de 0,05% que existiu um grande benefício para as famílias mas sim pela introdução desta isenção; continuou, referindo o orçamento de estado para dois mil e dezassete, onde está incluída a cláusula de salvaguarda que não permite que alguém tenha um aumento no referido imposto superior a setenta e cinco euros. No que ao IRS diz respeito, o Deputado explicou que a devolução do referido imposto por parte do Município só iria beneficiar agregados familiares com mais elementos e com maior rendimento, isto porque a devolução é feita sobre a coleta, o que beneficiaria os que mais rendimentos auferem.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu ao Deputado e Presidente da Freguesia de Santo André António Nunes o esclarecimento que prestou à Assembleia, afirmando que, em caso de uma redução maior no IMI, ele seria, provavelmente a pessoa mais beneficiada do Concelho, referindo ainda que o governo anterior subiu os impostos dos quais beneficiava diretamente e reduziu drasticamente os impostos que beneficiavam os Municípios, sendo que, no caso do Município de Mesão Frio, registou-se uma descida de 25% na cobrança daquele imposto.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, referindo-se aos impostos, afirmou que toda esta situação resulta do facto de o País não possuir um sistema fiscal que funcione na perfeição, o que permite a existência de um princípio de desconfiança e que, se os impostos a cobrar fossem proporcionais ao rendimento, não seria necessário a criação de impostos e taxas acessórias porque bastaria a cobrança em sede de IRS para garantir o funcionamento dos serviços públicos; revelou, também, enormes reservas no que ao IMI diz respeito, classificando-o de injusto, e concluiu dizendo que as taxas propostas não obstam ao bem estar da população do Município, devendo ser tido em conta que a Câmara de Mesão Frio não está propriamente desafogada financeiramente para que possa diminuir drasticamente os valores a praticar ou mesmo a isentá-los.-----

Posta a votação a proposta do ponto cinco “Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP”, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Posta a votação a proposta do ponto seis “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS”, a mesma foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e seis votos contra dos Deputados da bancada do Partido Social Democrata.-----

Posta a votação a proposta do ponto sete “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI”, a mesma foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e seis votos contra dos

Deputados do Partido Social democrata, que apresentaram declaração de voto que fica apensa a esta ata.-----

---**No ponto oito**, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia sobre o aparecimento de uma dívida ao Condomínio do prédio da Avenida, no valor de três mil e quinhentos euros, que tem origem numa deliberação Camarária, datada de dois mil e oito, afirmando ainda que os vereadores do Partido Social Democrata votaram, em reunião de Câmara, contra a inclusão do pagamento desta dívida e do plano de regeneração da rua da Carreira, na proposta de revisão de documentos previsionais, apesar de, na reunião seguinte, terem votado favoravelmente o plano de pagamentos para a obra da regeneração da rua da Carreira, ou seja, votam contra a realização da obra mas votam a favor da assunção do compromisso para o seu pagamento. Posta a votação a proposta do ponto oito “3ª Revisão dos Documentos Previsionais para 2016”, a mesma foi aprovada por unanimidade

---**No ponto nove**, posta a votação, a proposta “Pedido de autorização para a assunção de compromissos com os encargos plurianuais para os anos seguintes, com a inclusão dos projectos/acção a realizar nos anos de 2016/2017, no âmbito da candidatura ao Portugal 2020 – PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana), a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

---**No ponto dez**, assistimos à intervenção do Senhor José Martins, sócio fundador da AOLIMF, que explicou nesta assembleia os pressupostos da constituição da associação, seus objetivos e respetivas metas.-----

---Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da reunião, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e dez minutos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia

(Carlos Alberto Esteves Miranda)

A Primeira Secretária

(Anabela Valério Marrafa Macedo)

O Segundo Secretário

(Luis Miguel Silva Marques)